

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que o senhor deputado António Serra comunicou antecipadamente que não iria poder participar nos trabalhos da presente sessão, tendo sido substituído nos termos legais e regimentais, pelo Senhor Deputado Henrique Brunhoso. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou também que se encontrava ausente o Senhor Presidente da União de Freguesias de Gebelim/Soeima, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Chão e a Senhora Presidente da União de Freguesias de Parada e Sendim e Ribeira, fazendo-se representar, respectivamente, pelos seus substitutos legais, Senhor Domingos Dinis Félix, Hélder José Branco Pires e Hélder Carneiro Rego, em conformidade com o estabelecido no n.º 1, alínea c) do artº 18º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Senhores Deputados que estava presente a ata da terceira sessão ordinária, realizada no dia vinte e três de junho de dois mil e dezoito, para ser submetida a aprovação. -----

----- Colocada a ata da terceira sessão ordinária à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria**, dos vinte e dois membros presentes, com vinte e um votos a favor e uma abstenção do Senhor Deputado Henrique Brunhoso, aprová-la. Apenas votaram os membros da Assembleia que estiveram presentes naquela sessão. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por dar início aos trabalhos, tendo a Senhora Presidente da Câmara pedido para ser dada a palavra à Engenheira, Carina Teixeira, que estava presente para prestar algumas informações aos Senhores Presidente de Junta de Freguesia, sobre a utilização de herbicidas para a limpeza de espaços públicos. -----

----- Usou da palavra a Engenheira Carina Teixeira dizendo que veio a pedido da Senhora Presidente e do Senhor Vice-Presidente da Câmara, para esclarecer algumas preocupações dos Senhores Presidentes de Junta relativamente à aplicação de produtos fitofarmacêuticos nas vias públicas. Disse que, como sabem, é proibido, por lei, aplicar em vias de comunicação e zonas de lazer os fitofarmacêuticos, independentemente de quem tenha os chamados "cartões de aplicador". Só pode fazer essas aplicações uma empresa que esteja certificada para esse efeito ou uma entidade que também esteja certificada para esse efeito. Esclareceu que tentaram certificar o Município de Alfândega da Fé, junto da Direcção Regional de Agricultura e Pescas, mas explicou que é um processo difícil e dispendioso, pois exige uma série de critérios. Disse, depois, que, juntamente com o Executivo Municipal, haverá uma segunda proposta que é a seguinte: existem empresas certificadas e homologadas para esses efeitos, pagam seguros e entendemos que seria mais vantajoso, juntar todas as freguesias interessadas, para depois irem ao terreno medir a área a limpar e pedir preços para todas em conjunto. Referiu ainda, que tomou a iniciativa de pedir preços a uma empresa que está no mercado, para ter uma ideia dos valores que estão a cobrar. O que lhe foi dito é que sendo ao metro linear o valor é a €0,24, o metro, sendo mais de vinte quilómetros a €0,20, mas estes valores são valores base. E então pediu que todos os presidentes de junta a contactassem,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ou pessoalmente ou via telefone, durante a próxima semana, para saber a área total que pretendem limpar para depois pedirem preços. Acrescentou também que esta empresa com quem falou dá a possibilidade das Juntas de Freguesia contratarem alguém da junta de freguesia, ou que o presidente de junta entenda, e que depois a empresa paga a essa pessoa, que pode ser da freguesia, sendo este custo de mão de obra da empresa. A Senhora Presidente da Câmara pediu então que todos os interessados se dirigissem à Engenheira Carina Teixeira para depois fazerem o procedimento. Entretanto, a Senhora Deputada Susana Filipa Guerra usou da palavra dizendo que quando saiu a lei se lembra de ter lido que era possível haver continuidade da aplicação do herbicida por parte dos aplicadores que já têm o cartão, desde que adquirissem o produto no dia, e que, no fundo, não houvesse a necessidade de reservar o produto no local que exige os requisitos para esse local, mas referiu que se a lei se mantém, poderia ser uma solução mais vantajosa. A Engenheira Carina Teixeira explicou depois que o que se passa é que é extremamente difícil saber as quantidades e o que se vai gastar ou não, pois não é só a questão de quem pode aplicar, é que tem que haver um técnico responsável, ou seja, cada Junta de Freguesia ou cada Município, teria que ter um técnico responsável por todo o trabalho e isso não se aplica a vias de comunicação e lazer que é o que interessa às juntas de freguesia. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins, passando a ler o texto que a seguir se transcreve:

----- *“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,* -----

----- *Senhora Presidente da Câmara Municipal,* -----

----- *Senhoras e Senhores Deputados Municipais,* -----

----- *Senhores Vereadores,* -----

----- *Minhas Senhoras e Meus Senhores.* -----

----- *Estamos prestes a finalizar 9 anos de mandato deste executivo Socialista.* -----

----- *Quando este executivo há nove anos atrás se apresentou a eleições, diziam eles às pessoas que eram os salvadores de Alfândega da Fé. Podia ler se num dos cartazes da altura, “A câmara está doente Berta a Presidente”. ---*

----- *Facto é que dada a conjuntura política à época, dadas as CONSTANTES E MUITAS promessas que foram feitas, e dadas ainda as expectativas que criaram aos Alfandeguenses, ganharam as Eleições e têm se mantido no poder até aos dias de hoje.* -----

----- *Mas depois de 9 anos passados podemos constatar que a Câmara que eles diziam que estava doente e não estava, apanhou nestes nove anos uma grande doença contagiosa que têm vindo a comer a alma de todos nós.* -----

----- *A Alfândega da Fé que encontraram, cheia de vida, cheia de cor, com olhos postos no futuro, dotada com uma série de novas valências, ...* -----

----- *Tornou se numa Alfândega da Fé triste, sem cor, que não apela ao bairrismo dos moradores, onde não se premeia o mérito, Onde a competição entre aqueles que tudo lhe foi prometido é cada vez maior em busca de um derradeiro lugar na câmara, Onde não há dó nem piedade para se passar à frente do outro, onde este socialismo que quer entrar em tudo na casa das pessoas cria complots para que se estraguem amizades por causa da política.* -----

----- *Onde se divide para reinar,* -----

----- *Onde vale tudo para garantir o poder,* -----

----- *Onde a maquina socialista se organiza para controlar instituições e associações, não em prol do objeto social de cada uma mas sim em prol **sempre do controle do poder, do controle de nos todos,*** -----

----- *Onde as pessoas não são livres de estar e conviver com quem bem lhes apetece, porque logo de seguida já estão a receber um telefonema e a ser incomodadas pelo poder instituído caso tenham a ousadia de se deixarem ser vistos em locais públicos por aqueles que são considerados “a oposição”.* -----

----- *Alfândega da Fé é hoje um concelho onde **não há** liberdade para integrar qualquer movimento associativo livremente,* -----

----- *Onde não se conquista o respeito pelo trabalho demonstrado,* -----

----- *É uma terra onde se apregoa todos os anos a transparência sem que nunca seja praticada...* -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Hoje em dia é visível o estado de marasmo, desleixo e abandono a que Alfândega está voltada. -----

----- **Este executivo socialista traçou e segue um caminho muito diferente daquele que nós consideramos ser o adequado para Alfândega da Fé.** -----

----- Este executivo é apologista dos projetos sociais inconsequentes, -----

----- Da criação desmesurada de associações que se sobrepõem umas às outras e que apenas e tão só oneram o erário público e servem o poder político, -----

----- Associações que vivem à conta das transferências do Município, como tal totalmente dependentes e servientes do poder político instalado. -----

----- Este executivo é a favor de uma ação social que distribua dinheiro fácil... **pouco mas fácil...**, sem pedir em troca nenhum sacrifício aos beneficiários. -----

----- Premeia-se uma classe de pessoas que não contribuem com o seu esforço para o bem comum, apenas lhes é lembrado que a ajuda recebida deverá ser paga eternamente com o voto no punho, -----

----- Cultivam a política do “venda o seu voto” e lentamente levando as pessoas a vender a sua alma... -----

----- **Não é isto que os Alfundeguenses querem!** -----

----- Fazem parecer que se interessam com os mais desfavorecidos, mas na verdade pouco lhes importam... não lhes interessa resolver o problema das pessoas de uma só vez, porque se o fizessem, essas pessoas não precisariam de voltar a subir os degraus da câmara para lhes pedir mais, porque passariam a ser autónomas ... mas isso não interessa a este executivo... porque dessa forma deixariam de ter o controlo sobre essa pessoa e sobre a sua família. -----

----- **Preferem antes distribuir migalhas, para que todos os meses lhe venham pedir dinheiro, roupa, alimentos...** -----

----- **A ação social não é isto!** -----

----- Temos um executivo que não tem como prioridade premiar todos os estudantes que entraram e frequentam o ensino superior e que tenham aproveitamento,... mas que não tem problemas em emitir dois despachos que **umentaram** em quase 600€ mensais cada, o vencimento de dois técnicos superiores, note-se “com isenção de horário”, que passaram recentemente para os quadros do município e que por **acaso até eram o antigo Adjunto e a antiga Chefe de Gabinete da Presidente de Câmara.** -----

----- No final do ano são quase mais 15.000€ distribuídos por estes dois técnicos superiores. -----

----- **Não seria preferível distribuir por todos os alunos do ensino superior essa quantia?** -----

----- **Quantas famílias não sairiam beneficiadas?** -----

----- Temos um executivo que acabou com o cinema em Alfândega e que acabou com o Concurso Professor João Batista Vilares, que era um Incentivo ao Sucesso Escolar no ensino secundário. -----

----- Mas que este ano se lembrou de organizar o festival PAN na freguesia de Vilarelhos, mas que custou ao município cerca de **20.000€.** -----

----- **Não seria uma política cultural mais abrangente (com este valor 20.000€) manter o prémio de mérito aos alunos do secundário e dar continuidade todos os fins-de-semana ao cinema no Centro Cultural?** -----

----- É um executivo que em termos desportivos anda há 9 anos para se afirmar e ainda não conseguiu afirmar nenhuma modalidade nem nenhuma prova que eleve o nome de Alfândega. -----

----- Ora faz o downtown, ora faz o downhill, ora faz o Quilómetro vertical, ora faz a Maratona BTT, ora faz Milha da cereja, ora faz a meia maratona... não é assim que se promove um concelho, nem é assim que se possibilita o acesso gratuito **a toda a população** ao exercício físico. -----

----- Temos um executivo que desde o início do seu mandato que apregoa o empreendedorismo e a necessidade de se trazerem novos povoadores para o nosso território, mas que em nove anos, não conseguiu instalar uma única empresa nem uma única família no concelho de Alfândega da Fé, diretamente por algum programa do município. **É obra!** -----

----- **O que é que esta mal?** -----

----- **É o concelho ou será o executivo?** -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Encheram páginas de jornais e obtiveram tempo de antena nas televisões com o anúncio dos novos povoadores, sabendo-se agora que a medida falhou redondamente, pena que agora já não apareçam os jornalistas para badalar as falhas dos programas anunciados. -----

----- **O concelho é merecedor de uma explicação!** -----

----- Temos um executivo que pouco se importa com a segurança e higiene dos seus funcionários e colaboradores. -----

----- Deixam constantemente terminar o stock de material de protecção individual e material de limpeza e higiene. -----

----- Mas é o mesmo executivo que só no ano de 2018, fez 3 contratos no montante de cerca de 54.400€ e eu repito **54.400€** para pagar a um reformado do Estado, que diz ser o coordenador cultural do nosso Município. -----

----- **Por coincidência, e só por coincidência foi o mandatário de campanha da senhora presidente nas últimas eleições.** -----

----- **Estranhas prioridades as deste executivo!** -----

----- Temos um executivo que anda há anos a adiar um apoio financeiro para que o Infantário da Santa Casa da Misericórdia (**única instituição no concelho a trabalhar com creche**) possa alterar a sua cobertura que ainda é de fibrocimento ... uma obra de valor considerável mas para a qual esta Instituição pediu um apoio financeiro de apenas 20.000€. Continua miserável e tristemente à espera! -----

----- **Mas o mesmo executivo aprovou no início deste ano 30.000€ para a Liga dos Amigos de Centro de Saúde de Alfândega da Fé e prepara se na próxima reunião de câmara para transferir mais 30.000€, num total de já 60.000 euros, revelando desta forma uma gritante dualidade de critérios.** -----

----- De seguida, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara, em resposta à leitura do texto do Senhor Deputado Gabriel Martins, dizendo que para além de uma grande hipocrisia revela também muita demagogia e falta de informação. Além do mais, disse, pelos vistos "é-se preso por ter cão e por não ter", pois por um lado estamos a ser criticados porque estamos a apoiar socialmente pessoas que não devíamos apoiar, mas por outro lado estamos a ser criticados porque não resolvemos de uma vez por todas o problema das pessoas, referindo também que o problema da pobreza que existe em Alfândega e em todo o país não pode ser resolvido pela Câmara Municipal. Explicou que o problema da pobreza não é resolvido com apoios pontuais. Temos, disse, uma orientação política no sentido de tentar de várias formas autonomizar as pessoas, dando de seguida o exemplo que a Técnica que recepciona os pedidos de apoio social das pessoas, analisa o seu orçamento familiar e tenta ajudar essa pessoa a geri-lo melhor. No entanto, a Senhora Presidente da Câmara disse que temos o Ministério da Segurança Social que tem muito mais dinheiro e mais competências nessa área. Disse depois que a questão de querermos dar aos bocadinhos, para as pessoas andarem lá todas as semanas ou todos os meses, não se aplicava a ela. Esclareceu que sempre trabalhou neste Concelho para ajudar as pessoas, inicialmente como médica e agora como Presidente da Câmara e disse que o que gostaria mais era que as pessoas não precisassem, que as pessoas fossem autónomas, que não houvesse pobres e o que fazemos é de acordo com as nossas competências e com os nossos meios para que as pessoas se consigam autonomizar, mas é evidente, sublinhou, que nós não somos o Ministério da Segurança Social. A Senhora Presidente da Câmara acrescentou depois que não são os responsáveis pelo facto de não haver emprego em Alfândega da Fé, e que hoje até está na agenda a alteração ao Regulamento da Zona Industrial exactamente porque querem captar empresas para o Concelho e criar emprego, porque sem emprego não se pode acabar com os pobres. Explicou que os pobres são as pessoas desempregados, são as pessoas que não tiveram oportunidade de terem um emprego que lhes garanta ter uma vida com alguma dignidade, ou até que têm emprego mas que não ganham o suficiente, muitas vezes são famílias que ganham o salário mínimo mas que não lhes chega para saírem da situação de pobreza, são as famílias monoparentais, são os idosos que agora, fruto do Governo anterior, sofreram cortes nas pensões e que com este Governo a situação está a ser revertida, aumentando as suas pensões. Explicou que fazem o que está ao seu alcance, não para as pessoas votarem neles, nem para lhes tirarem o chapéu, mas fazem-no porque acreditam que as pessoas têm direito a viver com dignidade, pois respeitam as pessoas, independentemente da raça, sejam ciganos ou não.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Sempre trabalhou neste Concelho para ajudar as pessoas e disse também que respeita as pessoas pois as pessoas têm todas a mesma dignidade. -----

----- Sobre a questão da Higiene e Segurança, a Senhora Presidente da Câmara disse que somos das poucas Câmaras que estão a cumprir os regulamentos mas que não têm dinheiro para tudo e que quando chegaram à Câmara, ninguém tinha equipamento de protecção individual, ninguém andava a substituir as botas dos trabalhadores como eles fazem uma ou duas vezes por ano, ninguém usava luvas, os calceteiros não usavam nada para protegerem os joelhos, pelo que, disse, fizeram muito trabalho nessa matéria e o facto de, uma vez ou outra, o stock estar esgotado, não tira nada do trabalho que temos vindo a fazer e que nesta área, quando entraram para a Câmara, não existia nada. A Senhora Presidente da Câmara disse também que não havia técnicos de higiene e segurança no trabalho e que a lei obriga a ter dois técnicos, que agora tem e além disso organizaram um serviço de higiene e segurança e têm tentado fazer tudo o que podem para melhorar os serviços de higiene e segurança no trabalho. De seguida, a Senhora Presidente referiu-se à questão que foi levantada de um reformado que contrataram para lhes darem apoio, mas o que é engraçado, disse, é que esse reformado também foi contratado pelo anterior Executivo como Consultor Cultural. Referiu depois que quando foi contratado pelo Dr. João Carlos estava tudo bem, mas quando é contratado por nós já está mal. Sublinhou que até esteve nos dois executivos, e que provavelmente é porque tem algum valor. Sobre a questão do Infantário, a Senhora Presidente da Câmara disse que é irmã da Misericórdia e sabe que a anterior direcção conseguiu um empréstimo da Segurança Social para fazer estes investimentos e em vez de fazerem estes investimentos, que são muito necessários, no Infantário e no Lar da Misericórdia, começaram a devolver o dinheiro. Alertou que este dinheiro até poderia vir a ser dado mas foi devolvido e não foi utilizado e era muito dinheiro que dava para fazer investimento no lar, no Infantário e não foi utilizado por incompetência, porque tinham o dinheiro e ainda devem ter algum e estão a devolvê-lo e agora vêm pedir à Câmara. -----

----- Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Henrique Brunhoso cumprimentando todos os presentes e começou por se pronunciar relativamente a um assunto, que esteve presente numa sessão anterior que tem a ver com a admissão de 43 trabalhadores precários. Referiu que tem conhecimento que até agora foram admitidos 14 e que não sabe quais foram os critérios para admitir estes 14 e que, dada a resposta da Senhora Presidente, na próxima reunião de câmara iria existir a abertura para os restantes trabalhadores precários, não sabe se isso já aconteceu. Depois, disse que também se queria pronunciar sobre a questão do regadio de Vilarchão/Parada e referiu que esteve presente na última reunião que houve em Vilarchão, na Associação de Regantes em que lhe pareceu que iríamos regar alguma coisa em Vilarchão, mas não sabe até que ponto isso será verdade, pois até agora disse que apenas acredita no S. Pedro. Outra questão que o Senhor Deputado Henrique Brunhoso quis referir foi a de louvar uma balança que foi instalada na aldeia de Vilarchão que é útil, tem despesas, mas disse que uma balança sem um cais é quase como um barco sem remos, porque não interessa só pesar, acha que é necessário que exista outro meio para dar possibilidade àquela população de trabalhar de outra forma. Disse que já ouviu dizer que está ser feito um estudo para saber onde se iria localizar o cais e qual a melhor forma. Outra questão que o Senhor Deputado Henrique Brunhoso quis levantar tem a ver com a ordem do dia que é perguntar ao Executivo o que são prazos. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, em resposta ao Senhor Deputado Henrique Brunhoso, disse que sobre a questão dos precários, já foi tudo a reunião de câmara. Sobre o regadio de Vilarchão/Parada disse que a candidatura já foi aprovada e que ao fim de muitas décadas de promessas será uma realidade e que é o maior investimento em regadio de toda a Zona Norte deste Quadro Comunitário, que anda à volta de 15 milhões de euros. Sobre a questão da balança, pensa que esse assunto está a ser tratado entre o Senhor Presidente da Junta de Vilarchão e o Senhor Vice-Presidente da Câmara. Quanto à questão colocada sobre o que são prazos, a Senhora Presidente da Câmara disse que entende que sabe mas que talvez esteja enganada, mas iremos ver. -----

----- Continuando, usou da palavra o Senhor Deputado Orlando Borges cumprimentando todos os presentes. Disse que o Senhor Deputado Gabriel Martins falou em inimizades, fomentar inimizades e diz não perceber muito bem o que é isso. Deduz que ele fala assim porque desconhece a realidade do Concelho e diz conhecer alguns deputados presentes há

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

muito tempo e que nunca discutiu com eles por causa de política. Ao Senhor Deputado Gabriel Martins diz conhecê-lo, fisicamente, da Assembleia. O Senhor Deputado Orlando Borges referiu também que o Senhor Deputado Gabriel Martins disse que o anterior Executivo, liderado pelo Dr. João Carlos Figueiredo, projectava este Concelho para o futuro, e o Senhor Deputado Orlando diz que não pode estar mais de acordo, pois ele contraiu uma dívida, ao longo de 8 anos, de 23 milhões anos e que infelizmente é no futuro que tem que se pagar. -----

----- Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dirigindo-se ao Deputado Orlando Borges, disse-lhe que ele, provavelmente, não conhece inimizades porque não vive em Alfândega da Fé. De seguida, respondendo à Senhora Presidente da Câmara, disse aceitar a resposta que a Senhora Presidente deu pelo facto de estar nervosa. O Senhor Deputado Gabriel Martins disse também que a Senhora Presidente foi dando respostas a assuntos que não colocou. Disse que fizeram uma análise do exercício político durante 9 anos, sem abordar algumas questões. O Senhor Deputado Gabriel Martins diz que a Senhora Presidente falou em demagogia, mas o Senhor Deputado diz que não utilizou demagogia, apresentou dados e frases baseadas em números que são dados pelos sites da Câmara. Quanto ao Coordenador Cultural diz que não se referiu ao próprio. Disse que o que criticou foram os montantes pelos quais foi contratado porque estamos numa Câmara que está debaixo do Programa de Apoio Municipal. Depois disse que nunca fez críticas de natureza pessoal à Senhora Presidente mas fez críticas políticas ao Executivo todo. Agradece que, no futuro, a Senhora Presidente não utilize subterfúgios, não devolva respostas fora do contexto das questões que apresenta e não faça ataques pessoais. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, dirigindo-se ao Senhor Deputado Gabriel Martins, disse de facto ficou indignada com um discurso que não é justo e que não se atém aos factos. Depois diz que o Senhor Deputado Gabriel Martins refere que este Executivo quer estragar amizades, tendo respondido ao Senhor Deputado que nunca perseguiram ninguém na Câmara como acontecia no tempo do Dr. João Carlos em que “encostavam” as pessoas e diziam para ninguém falar com elas. O Senhor Deputado diz que terminamos com o cinema mas quando este Executivo chegou à Câmara não havia cinema e tentaram implementar o cinema aos fins-de-semana mas desistiram porque não havia público. Sobre a questão dos novos povoadores e do despovoamento, a Senhora Presidente disse que esse é o principal problema e que têm como estratégia tentar aproveitar todas as oportunidades para captar pessoas para o nosso Concelho, só que não fazemos o que fez o Dr. João Carlos, que foi acreditar numa pessoa que apareceu em Alfândega que dizia que colaborava com o governo britânico e que ia fazer um investimento de vários milhões de euros e acreditando nela o executivo anterior desatou a comprar terrenos para fazer o investimento e depois o investidor foi embora sem fazer qualquer investimento. Disse: - *“temos essa preocupação de atrair investimento e criar emprego, mas somos mais prudentes e não comprometemos o orçamento da câmara com essas aventuras e que ficaram muito caras ao Município”*. Lembrou que todos os concelhos do interior estão a perder população e só se reverte esta situação, criando emprego e atraindo empresas mas a câmara não se deve substituir aos privados. E disse que em relação aos terrenos que eram para o FUN ZONE, um projecto falhado, a autarquia vendeu em concurso a privados, para os privados poderem investir, pois a autarquia não é uma empresa agrícola. O mesmo em relação à Alfandegatur, disse, que a Câmara não tem que gerir hotéis. Defende que têm que dar espaço aos privados e estes têm que ajudar a criar uma economia que tenha alguma resiliência e que crie emprego. -----

----- Sobre a política social, a Senhora Presidente da Câmara disse ao Senhor Deputado Gabriel Martins que as IPSS e as Associações são um pólo de criação de emprego e de fixação de pessoas. Sublinhou que ajudaram duas IPSS, a criarem dois mini-lares em duas aldeias que foi em Gebelim e na Parada e que nessas aldeias já têm dificuldade em ter pessoas para trabalharem no lar e já vão recrutar pessoas a outras aldeias e por isso, disse, isto cria emprego. A Senhora Presidente da Câmara informou também que estão a apoiar a Leque numa candidatura para a criação de um lar residencial e isso vai criar 20 ou 30 empregos, porque tendo um acordo com a Segurança Social, estamos a dar uma resposta social e estamos a criar emprego. Perguntou depois ao Senhor Deputado Gabriel Martins, no tempo do Dr. João Carlos, que investimento é que foi feito nesta área, e que na altura em que era provedor da Santa Casa não criou a Unidade de Cuidados Continuados e que deveria ter criado. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes dizendo que uma vez que o Senhor Deputado Gabriel Martins parece que se dirigiu a ele não podia deixar de fazer a sua intervenção e que as suas palavras vão no sentido de lhe dizer que o sítio onde eles se encontravam era nos Bombeiros Voluntários e pertencendo à Direcção dessa casa há muito tempo, não tem uma visão partidarizada das Instituições em Alfândega, que o Senhor Deputado Gabriel Martins diz existir nestas Instituições e que continua a frequentar os Bombeiros com a mesma regularidade e que o Senhor Deputado Gabriel Martins é que deixou de ir. Depois, o Senhor Deputado Diamantino Lopes disse que a única coisa que pode fazer, para mostrar a sua disponibilidade, é convidá-lo a ir essa noite a tomar um café com ele aos Bombeiros Voluntários e que será bem-vindo e que trocarão as mesmas impressões que trocavam antigamente e lembrou-lhe que nessa altura até comungavam dos mesmos modos de pensamento relativamente à gestão autárquica do Dr. João Carlos. O Senhor Deputado Diamantino Lopes sublinhou de seguida que se houve alguma coisa que mudou, não foi ele que a mudou. Acrescentou que segue um percurso e que anda na sociedade Alfandeguense há 57 anos e que há 20 ou 30 anos anda a actuar em diversas Instituições e que nunca teve uma visão partidarizada de nenhuma delas. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins usou novamente da palavra para responder à Senhora Presidente da Câmara mas, quis dizer muito rapidamente ao Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, que de facto comungavam em relação à opinião do Dr. João Carlos porque não é seu seguidor mas sim seguidor do Vitó! O Senhor Deputado Gabriel Martins, dirigindo-se, de seguida, à Senhora Presidente da Câmara, disse que os Alfandeguenses e eles estão cansados de ouvirem desculpar a inacção deste Executivo sempre com o Executivo anterior, mas quis lembrar à Senhora Presidente que o Dr. João Carlos foi Presidente da Câmara de 2001 a 2009 e que, em dois mandatos, construiu o Centro de Formação Desportiva, o SPA junto à Estalagem, a EDEAF, a Nave Industrial, a Câmara Municipal, os terrenos para a expansão da Zona Industrial, o novo Centro de Saúde, a Escola Básica nº 1, comprou e remodelou o Edifício da Câmara Municipal, requalificou o Jardim Municipal, transformou as antigas escolas primárias em apartamentos turísticos, construiu ringues desportivos nas freguesias, construiu as estradas de Cerejais, Vilarchão - Parada, Eucísia, Vilarelhos – Pombal e requalificou quase a totalidade do património religioso do Concelho. Continuando, disse que no campo social, implementou o Cartão Sénior, a distribuição gratuita de manuais escolares a todas as crianças do 1º ciclo, o ensino da música e do inglês básico, apoiou a constituição de grupos e cantares do Concelho bem como a reconstituição da Banda Musical. Disse também que foi um dinamizador do Simpósio da Escultura e foi o responsável pelo prestígio que a Feira da Cereja e dos Produtos Locais alcançaram no nosso país e até no estrangeiro. O Senhor Deputado Gabriel Martins disse que esta é, em termos comparativos, a impressão digital que tipifica um autarca e um Executivo que dedicou esforço, amor e carinho pelo seu Concelho Natal, deixando esta obra. O Senhor Deputado quis depois recordar que quando o PSD-CDS, em 2001, chegou ao poder, também registaram algumas situações provenientes do passado e que tiveram que resolver ao invés de se lamentarem com estas situações e que quando a Senhora Presidente se candidatou já sabia o que iria encontrar, tendo de seguida enumerado algumas dessas situações e que tudo foi feito sem atribuírem culpas ao anterior executivo. Referiu ainda que está farto de ouvir a Senhora Presidente dizer que o anterior executivo é o culpado de tudo e que provavelmente os Alfandeguenses também e que esperava que este Executivo conseguisse deixar alguma obra feita. -----

----- A Senhora Presidente usou da palavra dizendo ao Senhor Deputado Gabriel Martins que não entendia porque comungavam da crítica ao Dr. João Carlos. Explicou depois que o Engenheiro Manuel Cunha deixou obras, deixou dinheiro no banco para pagar muitas das coisas que foram feitas, deixou dinheiro na câmara e disse que encontrou mais dívidas do que eles encontraram e que não podem comparar uma coisa que não tem comparação. -----

----- Prosseguindo, usou da palavra o Senhor Deputado Virgílio Amaro concordando com a Senhora Presidente quando diz que o Senhor Deputado Gabriel Martins caiu ali de paraquedas, porque de todos os Deputados presentes apenas estão 3 que acompanharam os Executivos todos e que viram o que se passou em 8 anos que foi uma vergonha e que nestes anos houve 40 reuniões da Assembleia Municipal e que dessas 40, 35 tiveram aprovações de empréstimos de 300.000,00 cada, tendo perguntado ao Senhor Deputado Gabriel Martins o que diz a um Executivo destes, pois este Executivo ainda não aprovou nenhum a não ser o que é aprovado em dezembro. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 19/09/2018, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara remeteu os Senhores Deputados para a leitura da referida informação, que reflecte o trabalho realizado pelas diferentes unidades orgânicas e serviços, desde a última sessão da Assembleia Municipal e informa sobre a situação financeira do Município, dando algumas explicações de índole genérica sobre as várias actividades desenvolvidas. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que foi interpelado por alguns comerciantes que disseram que prestaram serviços à Câmara num determinado mês e que só passado dois ou três meses lhes é pedida a fatura para poder efectuarem o pagamento desses serviços e pergunta se o Executivo paga no momento da prestação de serviços ou aquisição de bens, ou no momento da entrega da fatura, sendo que têm informações que distam 7 a 8 meses, tendo depois perguntado se é prática corrente os administrativos pedirem a fatura só quando lhe disserem. A Senhora Presidente esclareceu que por vezes se manda fazer o serviço porque é urgente, e depois o procedimento demora algum tempo a ser feito e a pessoa só pode emitir a fatura quando o procedimento é concluído e a requisição é feita e a recebe. Neste momento isso só acontece em situações de urgência. Esclareceu que não há pagamentos em atraso e que quando a fatura entra ela é paga no prazo previsto e que o Senhor Deputado pode confirmar no quadro existente na informação. -----

----- 2. APROVAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS À LINHA DE CRÉDITO BEI PT 2020 - AUTARQUIAS, QUE TEM COMO OBJETIVO FINANCIAR A CONTRAPARTIDA NACIONAL DE PROJETOS DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO APROVADOS NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020;

----- A Senhora Presidente usou da palavra explicando que o que se pretende é ir buscar a parte não participada para podermos acelerar ainda mais todo o Quadro Comunitário, para poder ir buscar ainda mais dinheiro quando chegar a altura do overbooking, para o qual disse que também já estão a preparar candidaturas para poderem aproveitar ao máximo, porque é 85% de participação e porque a tendência dos quadros comunitários é diminuir o investimento público e que já neste Quadro Comunitário de nota menos dinheiro para o investimento público e menos dinheiro para as Autarquias. Informou também que a tendência é que para as Autarquias a participação diminuirá de 85% para 70% e que o que não foi feito agora terá de ser feito mais tarde e que temos que aproveitar ao máximo estas oportunidades. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dois à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e cinco membros presentes, com dezasseis votos a favor e nove abstenções, dos Senhores Deputados Gabriel Martins, Susana Guerra, Adriano Andrade, António Pacheco, Rui Araújo, Luís Mascarenhas, Henrique Brunhoso, Carlos Pousado e Hélder Pires, aprovar a candidatura dos financiamentos à Linha de Crédito BEI PT 2020/Autarquias que tem como objetivo financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados no âmbito dos programas do Portugal 2020. -----

----- Não participou na votação deste assunto o Senhor Deputado Bruno Rachado, por se encontrar ausente no momento da votação. -----

----- 3. MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL ALFÂNDEGA DA FÉ - 31_03_2018 – PARA CONHECIMENTO;

----- Relativamente a este assunto, a Senhora Presidente da Câmara apenas referiu que estamos a cumprir e que bastava lerem o relatório para o comprovarem. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins, dizendo que consta do Relatório do PAM e que consta também do contrato da transmissão das quotas de 65% ao privado relativamente à Alfandegatur, que a Câmara transmitirá 35% das quotas da Alfandegatur, ou seja, o remanescente, para o privado que adquiriu as primeiras, até agosto

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

de 2017, tendo perguntado depois se já se concretizou essa transmissão e que na obtenção de uma resposta negativa, pergunta qual a razão pelo atraso de um ano. A Senhora Presidente respondeu ao Senhor Deputado Gabriel Martins que essa transmissão ainda não se concretizou e que o atraso se deve ao facto de ainda terem que os manter enquanto a banca não os deixar sair, porque o Município ficou com 35% que está lá escrito que iremos transmitir por um euro, ou seja, disse, é uma espécie de conforto para a banca, porque, essencialmente a Caixa Geral de Depósitos e também a Caixa Agrícola, assim o exigiu. Disse, depois, dirigindo-se aos Senhores Deputados, que certamente viram o último Relatório de Contas e viram que, na Alfandegatur, passamos dos prejuízos para os lucros e que isso é uma grande vantagem para a Câmara, explicando que quando geriam a Alfandegatur, tinham prejuízos entre os 300 e os 400 mil euros e que isso significava que a Câmara todos os anos tinha que por lá esses 300 ou 400 mil euros, que era obrigatório por lei e que agora isso já não acontece, pois no contrato diz que não participamos nos lucros nem cobrimos prejuízos. Informou também que o apoio que foi dado, foi apenas na limpeza dos terrenos à volta do Hotel por causa dos incêndios e que tecnicamente não foi dado nenhum apoio. Esclareceu que o projecto das Varandas de Trás-os-Montes foi todo às custas do investidor. A Senhora Presidente da Câmara informou também que, relativamente a quem ajuda quem, não é a Câmara que está a ajudar a Alfandegatur, mas sim a Alfandegatur é que está a ajudar todo o Concelho, porque, todas as empresas que estão tentar sediar em Alfândega, resulta do trabalho do dono da Alfandegatur e que esta é que é responsável por algumas empresas quererem investir em Alfândega da Fé, tendo já uma comprado uma casa do projecto das Varandas de Trás-os-Montes. Disse ainda que, se todas essas empresas se vierem a sediar em Alfândega da Fé, o Dr. Jorge Morais merece uma medalha de mérito por todo o trabalho que tem feito. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins disse que, pelo que percebeu dada resposta dada pela Senhora Presidente, o artigo 11 da monitorização não deveria estar aqui, pois diz que não depende da Câmara ou da Alfandegatur o cumprimento deste prazo, mas sim da banca. A Senhora Presidente referiu que o compromisso está mas que acha que deveria estar uma nota a dizer que o prazo ainda não foi cumprido e explicar as razões. Depois o Senhor Deputado Gabriel Martins disse que a Senhora Presidente levantou uma questão importante que é em como a Câmara não participa nos lucros nem nos prejuízos e pergunta: se por qualquer motivo corre mal a vida ao comprador e deixa de pagar, quem vai pagar o crédito? A Senhora Presidente disse que o nosso objectivo é ceder os 35% e que se houver problemas e for à falência, vai, mas acredita que isso não vai acontecer. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da referida Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé a 31/03/2018, nos termos do artigo 29º da Lei nº 53/2014 de 25/8 conjugado com o anexo I do Contrato PAM. -----

4. MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL ALFÂNDEGA DA FÉ - 30_06_2018 – PARA CONHECIMENTO;

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da referida Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé a 30/06/2018, nos termos do artigo 29º da Lei nº 53/2014 de 25/8 conjugado com o anexo I do Contrato PAM. -----

5. NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

----- A Senhora Presidente da Câmara remeteu para a proposta dos nomes que as bancadas terão a propor, tendo a bancada do PS proposto o nome da Presidente da União de Freguesias da Parada e do Sendim da Ribeira, Ana Maria Pereira. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que pelo que sabe, o Conselho Municipal da Educação tem a duração do mandato político autárquico e perguntou quantas vezes é que este Conselho Municipal reuniu durante este Mandato e na hipótese de ter reunido, quem representou este Conselho, sem delegação de poderes, a pessoa que hoje vão nomear. A Senhora Presidente da Câmara esclareceu que normalmente este Conselho reúne uma vez por ano, no início do ano lectivo, mas disse que as atas das reuniões estão no site. -----

----- Não registando mais inscrições, foi nomeada, por **unanimidade**, dos vinte e quatro membros presentes, para representar a Assembleia Municipal, a deputada Ana Maria Pereira, Presidente da União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não participaram na votação deste assunto os Senhores Deputados Bruno Rachado e Hélder Pires, por se encontrarem ausentes no momento da votação. -----

----- 6. PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS E SUBSCRIÇÃO DA CARTA DAS CIDADES;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente ao interesse de pertencer a estas redes. Disse que não tem muitos custos e que é do interesse do Município pertencer a estas redes, pois é feito um plano, há um acompanhamento desse plano, podemos aprender com outras autarquias e o facto de estar em rede podemos aprender com outros que estão a fazer melhor do que nós. Para além disso, disse que estas redes também promovem a formação das técnicas que estão responsáveis por esta área. Disse também que o Município não deve estar isolado e estar em rede com outros municípios. -----

----- Não se verificando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto seis à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e quatro membros presentes, aderir à Associação Internacional de Cidades Educadoras e assumir a Carta das Cidades Educadoras. -----

----- Não participaram na votação deste assunto os Senhores Deputados Bruno Rachado e Hélder Pires, por se encontrarem ausentes no momento da votação. -----

----- 7. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra para informar que o que há de mais relevante nesta alteração é tentarmos captar empresas que criem emprego e que a proposta é que as empresas que criem mais de 20 postos de trabalho não paguem o lote que adquirirem e, para além disso, poderem ter isenções em licenciamentos, etc. Disse também, que lhes foi proposto, já no decorrer do período de discussão pública, na reunião de câmara, pelo Vereador Vitor Bebiano, que mesmo que fossem menos postos de trabalho deveriam ter alguns apoios. Então, uma vez que o Regulamento ainda está em discussão pública, a Senhora Presidente da Câmara disse que a proposta que está em cima da mesa é uma redução de 50% do preço de aquisição do lote para empresas que fixem mais de 10 postos de trabalho. O que se pretende é criar condições para a atracção de investimento que crie emprego, uma vez que na zona industrial existem micro-empresas que têm um ou dois postos de trabalho e o que gostariam era de empresas que criassem 10 ou 20 postos de trabalho para poder resolver a falta de oportunidades de emprego que temos. A Senhora Presidente sublinhou depois, que o que se pretende é que dêem sugestões e caso haja alguém que queira enviar essas sugestões por e-mail, o pode fazer, pois o regulamento ainda está em discussão pública e logo que esteja concluído aquele período voltará à reunião de câmara e posteriormente à Assembleia Municipal para aprovação definitiva. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes dizendo que concorda com o que o Senhor Vereador Vitor Bebiano disse, que devem ser dados incentivos a empresas mais pequenas, mesmo as que tenham 1 ou 2 postos de trabalho, ou seja, entende que deve haver uma regra proporcional em que vá sendo beneficiado aquele que maior número de postos de trabalho criar. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento das sugestões dadas. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não houve intervenções. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Carla Maria Bravo Franco)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)